

# SUMÁRIO

## I

<b>A INTERPRETAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA APLICAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS.....</b>	<b>27</b>
---	-----------

## II

<b>O OBJETO DE INTERPRETAÇÃO: A DECISÃO JUDICIAL COMO ENUNCIADO NORMATIVO E SUAS PARTICULARIDADES .....</b>	<b>39</b>
---	-----------

II.1. A decisão como objeto de interpretação e o dispositivo como seu produto.....	39
II.2. As espécies de decisão judicial sujeitas à interpretação.....	43
II.3. As particularidades da decisão judicial em relação aos demais atos jurídicos e seus impactos para atividade de interpretação .....	45
II.4. Interpretação e precedente: a definição da norma jurídica abstrata.....	56
II.5. Interpretação e decisão para seus destinatários diretos: a definição da norma jurídica concreta.....	73

## III

<b>O SUJEITO DA INTERPRETAÇÃO E O AUTOR DA DECISÃO.....</b>	<b>77</b>
---	-----------

III.1. A separação entre autor e objeto: a vontade do juiz e seu papel reduzido.....	77
III.2. O intérprete da decisão, suas experiências e opiniões.....	84

## IV

<b>A OBSCURIDADE E A CONTRADIÇÃO: DECISÕES DEFEITUOSAS E SUA INTERPRETAÇÃO.....</b>	<b>87</b>
---	-----------

IV.1. As causas das decisões defeituosas.....	87
---	----

IV.2.	O acesso à justiça e o direito a uma decisão compreensível .....	90
IV.3.	Obscuridade e contradição na decisão .....	92
IV.3.1.	Obscuridade .....	94
IV.3.2.	Contradição .....	97
IV.4.	Obscuridade ou contradição superáveis .....	98
IV.5.	Obscuridade ou contradição insuperáveis .....	105
IV.6.	Obscuridade ou contradição na fundamentação .....	113

## V

<b>LIMITES DA INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO ESTÁVEL .....</b>	<b>117</b>	
V.1.	Estabilidade e interpretação .....	117
V.2.	Omissão na decisão .....	119
V.3.	Inexistência de decisão implícita .....	121
V.3.1.	Inexistência de decisão implícita sobre questão incidental prejudicial .....	125
V.3.2.	Inexistência de decisão implícita sobre “pedidos implícitos” .....	127
V.3.3.	Inexistência de decisão interlocutória implícita .....	132
V.4.	Efeitos anexos ou secundários das decisões .....	135
V.5.	As decisões menos expressas e o papel da interpretação .....	138
V.5.1.	O regime mais rigoroso para a formação de coisa julgada .....	141
V.5.2.	A definição do conteúdo da decisão sem ampliações ou reduções .....	143

## VI

<b>ERRO MATERIAL E INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO .....</b>	<b>147</b>	
VI.1.	As dificuldades quanto ao conceito de erro material .....	147
VI.2.	A interpretação da decisão como limite e parâmetro para a correção do erro material .....	153
VI.3.	Exemplos de erro material .....	157
VI.4.	Desnecessidade de ser o próprio autor da decisão a corrigir o erro .....	160
VI.5.	Limites para a correção do erro material .....	162

**VII****CRITÉRIOS PARA SE INTERPRETAR A DECISÃO JUDICIAL..... 165**

VII.1. Literalidade.....	167
VII.2. Unidade do texto: todos os elementos da decisão.....	175
VII.3. Pretensão formulada e o contraditório.....	187
VII.4. Boa-fé.....	196
VII.5. Conservação.....	210
VII.6. Efetividade.....	212
VII.7. Direito pertinente.....	214
VII.8. Provas pertinentes.....	221
VII.9. O peso abstrato dos critérios e sua ordem de preferência.....	223
VII.10. Mecanismos compensatórios para interpretação em casos difíceis.....	229

**VIII****OS MOMENTOS E INSTRUMENTOS PELOS QUAIS SE INTERPRETA A DECISÃO JUDICIAL..... 233**

VIII.1. A interpretação pelo próprio autor enquanto o objeto ainda não tem autonomia e sequer existe decisão judicial.....	233
VIII.2. Embargos de declaração: o instrumento típico para sanar obscuridade, contradição ou omissão na decisão.....	234
VIII.2.1. A competência para julgar os embargos de declaração e a mitigada incidência da identidade física do juiz.....	235
VIII.3. Recursos ordinários.....	242
VIII.3.1. O pedido autônomo de integração da decisão.....	244
VIII.3.2. A desnecessidade de prévia oposição dos embargos de declaração para que a decisão seja integrada pelo órgão ad quem.....	249
VIII.4. Recursos extraordinários.....	251
VIII.5. Reclamação.....	257
VIII.6. Ação Rescisória.....	259
VIII.7. Petição simples.....	261
VIII.8. Cumprimento da determinação.....	264

VIII.9. Liquidação .....	266
VIII.10. Execução .....	267
VIII.11. Outra demanda, conexa ou idêntica .....	279
VIII.12. Ação declaratória com finalidade interpretativa .....	282
VIII.13. Negócios jurídicos .....	289
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>297</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>301</b>